

PODER

“Suprema humilhação”

Além da restrição imposta pelo STF, PF recolhe na casa do ex-presidente um pen drive e cerca de US\$ 14 mil e de R\$ 8 mil em dinheiro

» DANANDRA ROCHA
» ISRAEL MEDEIROS
» VANILSON OLIVEIRA

Depois de a Polícia Federal (PF) cumprir mandados de busca e apreensão na casa de Jair Bolsonaro e na sede do PL, o ex-presidente afirmou estar sendo alvo de uma “suprema humilhação”. Assim que deixou o Centro Integrado de Monitoração Eletrônica, em Brasília, onde ficou por cerca de uma hora e recebeu uma tornozeleira eletrônica — conforme determinação do Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal —, ele criticou duramente a decisão e insistiu que está sendo alvo de perseguição política.

“Estou sendo humilhado por algo que não fiz. É um constrangimento público. Não tem nada de concreto”, afirmou.

Além do monitoramento eletrônico, Bolsonaro tem de cumprir outras restrições: não pode deixar Brasília; está impedido de manter contato com autoridades de outros países lotadas no Brasil e com o filho Eduardo Bolsonaro — deputado federal licenciado, que se autoexilou nos estados Unidos; de aproximar-se de representações diplomáticas; e deve respeitar um toque de recolher das 19h às 7h.

Segundo o ex-presidente, essas medidas derivam de ações relacionadas à atuação de Eduardo nos Estados Unidos. “O que gerou essas cautelares é aquilo que meu filho está respondendo. Estou restrito a Brasília, com tornozeleira. Fizem busca e apreensão em casa, levaram R\$ 7 mil e aproximadamente US\$ 14 mil. Tudo com origem comprovada”, disse. Assegurou, ainda, que sempre guardou “dólar em casa”. “Todo o dinheiro tem recibo do Banco do Brasil. Declarei a retirada este ano e vou incluir no Imposto de Renda, no ano que vem”, justificou.

Causou polêmica, porém, um pen drive encontrado no banheiro da casa de Bolsonaro, levado ao laboratório da PF para perícia. Questionado, o ex-presidente disse não ter conhecimento do dispositivo de armazenamento portátil e,

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Bolsonaro depois de colocar a tornozeleira, como determinado por Moraes. Ex-presidente afirma ser “humilhado por algo que não fiz”

tampouco, do conteúdo: “Alguém pediu para ir ao banheiro e voltou de lá com o pen drive. Não uso nem laptop”, disse, negando, porém, que insinuara que o aparelho fora plantado.

Ao comentar o processo, Bolsonaro disse que a própria PF não o vinculou diretamente aos atos do 8 de Janeiro, mas que a Procuradoria-Geral da República (PGR) o incluiu no inquérito como parte de uma “motivação política”. “Não tem prova de nada. Um golpe no domingo, sem as Forças Armadas, sem armas? Um golpe de festim”, ironizou.

Ele reforçou que jamais cogitou sair do país e negou qualquer movimentação para buscar asilo em embaixadas. “Nunca pensei em sair do Brasil, nunca pensei em ir para uma embaixada. Mas, agora,

não posso nem me aproximar de uma. Tenho horário para estar na rua. No meu entender, o objetivo é me humilhar”, afirmou, apesar de admitir que teria reuniões marcadas com embaixadores, na próxima semana.

Tarifaço

Indagado sobre a conexão que a determinação de Moraes faz sobre a atuação que ele e o filho tem junto ao governo do presidente Donald Trump, que levou ao tarifaço sobre os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos, Bolsonaro ironizou: “Me dá meu passaporte, que eu busco audiência com os Estados Unidos. Eu resolvi essa questão em 2019, quando Trump ameaçou impor tarifas e, depois da nossa conversa, a

taxação não veio. O mundo todo está com tarifas, mas só o Brasil não está negociando”, disse.

Bolsonaro mostrou-se apreensivo com o futuro de Eduardo nos Estados Unidos, onde “está em busca da democracia e liberdade”. “Se ele vier para cá, vai ter problemas. O que estão fazendo é sufocar a gente”, analisou.

Ele também comentou os rumores sobre a articulação, junto à Casa Branca, para forçar a paralisação da ação sobre o golpe de Estado que corre no STF. “Não posso vincular uma coisa à outra”, esquivou-se, negando envolvimento com a trama para impedir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de assumir a Presidência. “Você viu a minuta (golpista)? Não tem. O que foi discutido era o estado de sítio, que só

pode ser decretado com aprovação do Congresso”, disse.

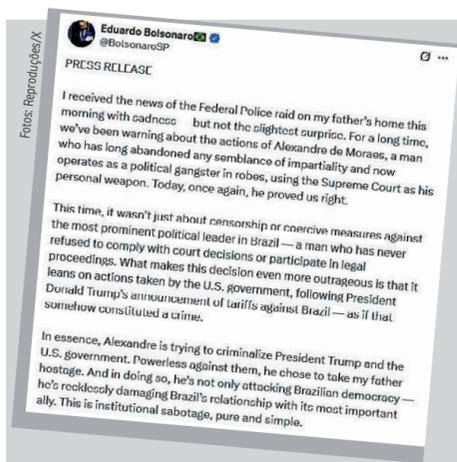
Assim que souberam da prisão do pai, os três filhos foram às redes sociais protestar. Por meio de nota publicada no X (antigo Twitter), Eduardo disse que “há muito tempo, vinhamos alertando sobre as ações de Alexandre de Moraes, um homem que há muito abandonou qualquer aparência de imparcialidade e agora opera como um gangster político de toga, usando o Supremo Tribunal Federal como arma pessoal. Hoje, mais uma vez, ele nos provou que estávamos certos”. Acrescentou que “em essência, Alexandre está tentando criminalizar o presidente Trump e o governo dos EUA. Impotente contra eles, ele escolheu fazer meu pai refém. E, ao fazer isso, ele não está apenas atacando a democracia brasileira. (...) Mas não vai funcionar. Não vamos recuar”.

O vereador carioca Carlos Bolsonaro (PL) afirmou, também em post no X, que “não escrevo aqui como vereador ou como figura pública, mas como filho revoltado com toda a perseguição que meu pai vem sofrendo de forma criminosa. (...) Como filho, não é fácil ver o homem que mais admiro sendo tratado dessa forma. Dói ver meu pai sendo censurado, calado, proibido de sair do país, sofrendo buscas arbitrárias, enquanto assassinos e corruptos vivem de forma livre no nosso país”.

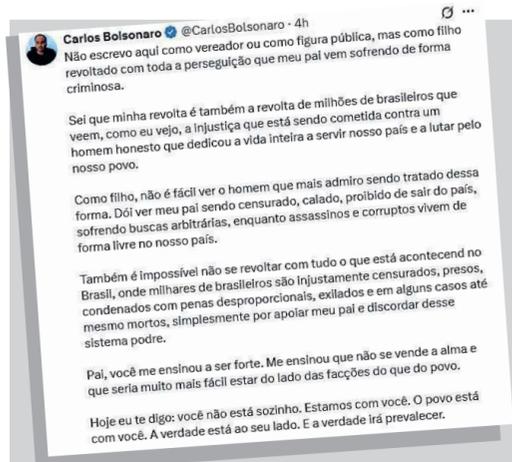
Já o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também foi ao X fazer um desagravo ao pai: “Fica firme, pai, não vão nos calar! A proposital humilhação deixará cicatrizes nas nossas almas, mas servirão de motivação para continuarmos lutando pelo nosso Brasil livre de déspotas. Proibir o pai de falar com o próprio filho é o maior símbolo do ódio que tomou conta de Alexandre de Moraes para tomar medidas totalmente desnecessárias e covardes”.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo — apontado como um dos possíveis representantes do bolsonarismo para a disputa presidencial de 2026 —, foi mais um que prestou solidariedade a Bolsonaro. No X, postou que “coragem é um atributo que quem conhece Jair Bolsonaro sabe que nunca lhe faltou. Não faltou quando atentaram contra a sua vida. Não faltou para lidar com as crises sem precedentes que este país passou quando ele era presidente. Não faltou para defender a liberdade, valores, ideais e combater injustiças. E não vai faltar agora, pois ele sabe que estamos e seguiremos ao seu lado. (...) Se as humilhações trazem tristeza, o tempo trará a justiça”.

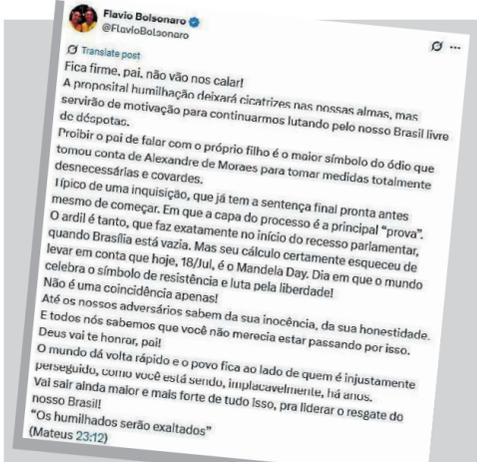
Na operação da PF determinada por Moraes, os agentes apreenderam na casa de Bolsonaro um pen drive, aproximadamente US\$ 14 mil e cerca de R\$ 8 mil em espécie, e uma cópia impressa de uma ação judicial que a plataforma Rumble move contra o ministro do STF.



Em nota divulgada em inglês, Eduardo manda recado a Moraes: “Não vai funcionar. Não vamos recuar”



Filho 02 de Bolsonaro, Carlos anotou que “não é fácil ver o homem que mais admiro sendo tratado dessa forma. Dói ver meu pai censurado”



Flávio deu força ao pai na publicação: “Fica firme, não vão nos calar! A proposital humilhação deixará cicatrizes nas nossas almas”

Alcolumbre e Motta rejeitam suspender recesso

» WAL LIMA

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afastaram a pretensão do PL — partido de Jair Bolsonaro — de que fosse suspenso o recesso parlamentar, a fim de o Congresso discutir e, eventualmente, tomar alguma medida contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Por meio de nota, Motta assegurou que “as atividades legislativas serão retomadas na semana do dia 4 de agosto”, enquanto Alcolumbre emitiu comunicado frisando que “o recesso parlamentar de julho está mantido, conforme amplamente e previamente anunciado. Durante as próximas duas semanas, não haverá sessões deliberativas nem funcionamento das comissões”.

Nos bastidores, comentava-se que a manobra fora rechaçada por haver a percepção entre os líderes de que o PL queria arrastar o Legislativo para uma crise que não lhe pertence. A ideia do partido era fazer com que um problema restrito a Bolsonaro se tornasse do conjunto do Congresso — e tomasse envergadura de crise institucional com o STF. O partido decidiu que se reúne na segunda-feira para chegar a uma posição contra a medida imposta pelo ministro do STF.

Antes de Alcolumbre e Motta jogarem a pá de cal na manobra do PL, a bancada concedeu uma coletiva manifestando a indignação com as medidas determinadas por Moraes contra Bolsonaro. “Não é admissível que um único ministro tome decisões com esse nível de repercussão política e social”, afirmou a deputada Bia Kicis (PL-DF).

Apelo aos militares

Na mesma coletiva, o vice-líder do PL na Câmara, Coronel Chrisóstomo (RO), fez um apelo por intervenção das Forças Armadas. Com referências à ditadura militar (1964-1985), classificou a decisão de Moraes como “perseguição” e afirmou que “o Brasil não aguenta mais”.

“Chega de perseguição. O povo brasileiro não aceita isso. Nós não podemos ter um único sujeito, uma única autoridade, perseguindo impiedosamente um ex-presidente que só pensa em fazer coisas boas para o Brasil”, afirmou Chrisóstomo, sob aplausos dos colegas de partido. Na visão do deputado, o país estaria à beira de uma ruptura. “O comunismo já está à porta”, disse.

Já a senadora Damare Alves (Republicanos-DF), ex-ministra da Mulher no governo Bolsonaro, preferiu projetar a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro como uma possível herdeira política do marido. Dirigindo-se à “nação conservadora”, disse que vê emergir como símbolo de resistência.

“Eu vi nascer da humilhação, da perseguição, a maior líder que esta nação poderia esperar”, afirmou. “Bolsonaro vai se calar, mas quem vai nos conduzir neste momento é a maior líder da oposição, a maior líder da nação conservadora”, acrescentou.

Mas, antes da coletiva do PL, lideranças da oposição divulgaram nota conjunta criticando as medidas impostas a Bolsonaro. O texto, assinado pelos líderes no Congresso, Senado e Câmara, acusa o STF de “perseguição política disfarçada

de ação judicial” e afirma que não há provas de que o ex-presidente cometeu algum crime.

“Trata-se de um movimento perigoso, que ameaça as bases do Estado de Direito e transforma a divergência em delito”, afirma a nota.

Os parlamentares citam casos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-presidente Dilma Rousseff para denunciar um suposto “duplo padrão” no tratamento de ex-presidentes. “Por que, então, agora se trata com tanta rigidez um ex-presidente que sequer foi condenado?”, questionam.

Ainda segundo o documento, há uma tentativa de usar decisões judiciais para calar lideranças políticas e “encobrir o caos econômico e moral instalado no país”. (Colaborou Fabio Grecchi)



O recesso parlamentar de julho está mantido, conforme amplamente e previamente anunciado. Durante as próximas duas semanas, não haverá sessões deliberativas nem funcionamento das comissões”

Nota do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, jogando a pá de cal na pressão do PL para suspender o recesso parlamentar e deliberar uma posição do Congresso sobre Bolsonaro